

# Superior Tribunal de Justiça

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.834.257 - SP (2019/0130234-9)**

**RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**  
**RECORRENTE : MUNICÍPIO DE GUARULHOS**  
**PROCURADORES : PRISCILA ALVAREZ SEOANE CASSEB E OUTRO(S) - SP258556**  
**LISONETE RISOLA DIAS - SP215836**  
**RECORRIDO : NOEMIA CORREIA DE ARAUJO GAYA**  
**ADVOGADOS : RAFAEL TABARELLI MARQUES - SP237742**  
**CILENE HENRIQUE SOUZA - SP337233**

## **EMENTA**

**PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO RESCISÓRIA. INCONSTITUCIONALIDADE DE NORMA MUNICIPAL DECLARADA PELO ÓRGÃO ESPECIAL DO TJSP. AUSÊNCIA DE TRÂNSITO EM JULGADO DA ADI. NÃO CABIMENTO DA RESCISÓRIA. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. FUNDAMENTO AUTÔNOMO NÃO IMPUGNADO. DEFICIÊNCIA NA ARGUMENTAÇÃO RECURSAL. SÚMULAS 283 E 284/STF. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.**

## **DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, *a*, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 323):

**AÇÃO RESCISÓRIA.** Acórdão que reconheceu à autora o direito de computar o período laborado sob regime celetista para fins de auferir a sexta-parte de seus vencimentos integrais. Decisão fundamentada no art. 97 da Lei Orgânica do Município de Guarulhos, posteriormente declarado inconstitucional, pelo Órgão Especial do TJSP, na ADI nº 2083718-70.2014.8.26.0000. Recurso extraordinário interposto pela Câmara Municipal que foi inadmitido. Interposição de agravo perante o STF com pendência de análise. Acolhimento da rescisória que se mostra inviável ante a falta de trânsito em julgado da ADI. Ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo. Extinção sem julgamento do mérito, nos termos do art. 485, IV do CPC/2015.

Nas razões de sua irresignação, o recorrente sustenta ofensa ao artigo 27 da Lei nº 9.868/1999, ao argumento de que "a regra que disciplina os efeitos de uma dada declaração de inconstitucionalidade não foi observada, eis que de um lado, ao Município foi negada a vigência de Lei Federal para se sobrepor o princípio da segurança jurídica que, neste caso, acoberta decisão respaldada em Lei tida como inconstitucional" (fl. 338).

Com contrarrazões.

Juízo negativo de admissibilidade, pela Corte *a quo*, à fl. 362.

Interposição do agravo previsto no artigo 1.042 do CPC/2015, às fls. 365-376, e sua conversão em recurso especial à fl. 406.

É o relatório. Passo a decidir.

A insurgência não merece prosperar.

# Superior Tribunal de Justiça

Com efeito, o Tribunal de origem, ao analisar a controvérsia, assentou o julgado na seguinte fundamentação (fls. 325-326, grifos acrescidos):

[...]

Em sua petição inicial, o Município não esconde que foi interposto recurso extraordinário nos autos da ADI, que não foi admitido, e que o acórdão ainda não transitou em julgado. Alegou que o agravo contra a decisão denegatória do recurso não possui efeito suspensivo e apontou que não poderia aguardar o trânsito em julgado da decisão em razão da fluência do prazo decadencial para ajuizamento da rescisória.

Conquanto seja possível a rescisão de acórdão transitado em julgado fundado em norma que posteriormente é declarada inconstitucional com efeitos *ex tunc* - como é o caso dos autos - reconhecendo-se que, nesses casos, há violação manifesta de norma jurídica, nos termos do inciso V do art. 966 do CPC/2015 **a pendência do trânsito em julgado no presente caso leva à necessidade de se privilegiar a segurança jurídica e a manter a decisão rescindendo incólume.**

Isso porque o art. 27 da Lei 9.868/99 que dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade prevê a possibilidade de modulação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, de modo a restringir tais efeitos ou determinar que só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado.

Portanto, ainda que se considere que a decisão do Órgão Especial já está surtindo efeitos e que seja improvável a reversão da matéria no STF, é necessário levar em conta que a hipótese de modulação dos efeitos é menos improvável, o que, no presente caso, **impõe que se privilegie a inviolabilidade da coisa julgada (e o direito que foi reconhecido à autora) do que eventual direito do Município, eis que ainda incerto.**

Ante a ausência do trânsito em julgado da decisão, verifica-se que estão ausentes os pressupostos de desenvolvimento válido e regular do processo, o que impõe a extinção do feito sem julgamento do mérito.

[...]

Em contraponto, sustenta o recorrente que "o Tribunal de Justiça não modulou a eficácia temporal da decisão declaratória de inconstitucionalidade, nos termos do art. 27 da Lei nº 9.868/99, impondo-se sua eficácia imediata e erga omnes, mostra-se incompatível a revisão dessa equação jurídica pelo Juízo Rescindendo, ainda mais quando deixa de aplicar a Lei Federal em nome e em homenagem a uma suposta segurança jurídica" (fl. 338).

Sucede que, em leitura aos excertos acima transcritos, evidencia-se que, para alterar alcançada pela Corte de origem no sentido de não ter havido o trânsito em julgado da decisão proferida na ADI em questão, o que impediria a desconstituição do acórdão rescindendo, seria necessário o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, o que encontra óbice na Súmula 7/STJ.

A propósito (grifos nossos):

RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. EXECUÇÃO. RECOLHIMENTO DE CONTRIBUIÇÕES. PERÍODO LABORADO CONCOMITANTE AO BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE.

1 O posicionamento alcançado pelos julgadores a quo, embora contrário às pretensões da parte recorrente, não traduz desrespeito à legislação enfocada a ponto de permitir que a instância superior o modifique.

2 **Para reverter a conclusão consignada no Tribunal de origem, quanto à matéria discutida estar acobertada pela coisa julgada e pela**

**preclusão, necessário revolver as provas constantes dos autos, providência esta inviável na via do Recurso Especial, conforme o enunciado da Súmula 7/STJ.**

3. O Tribunal Estadual se pôs em consonância com a compreensão firmada no âmbito do STJ, consoante a qual não é possível discutir, em Execução, matéria não debatida no processo de conhecimento.

4 Recurso Especial não conhecido. (REsp 1780789/SP, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 11/3/2019)

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OFENSA AO PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. INOCORRÊNCIA. CONCURSO PÚBLICO. AÇÃO RESCISÓRIA. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO RECORRIDO NÃO IMPUGNADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 283/STF. NECESSIDADE DE REEXAME DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ.

[...]

**3. A alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem, no sentido da improcedência da ação rescisória, tal como colocada a questão nas razões recursais, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ.**

4. Na compreensão do STJ, não se presta a ação rescisória para corrigir interpretação equivocada de fatos.

5. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1.263.657/RJ, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 16/10/2018)

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO RESCISÓRIA. NORMAS CONSTITUCIONAIS. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO. DESCABIMENTO. OCORRÊNCIA DE COISA JULGADA. REDISCUSSÃO DE MATÉRIA FÁTICA. NECESSIDADE. SÚMULA 7/STJ. INCIDÊNCIA.

1. Em recurso especial não cabe invocar violação a norma constitucional, razão pela qual o presente apelo não pode ser conhecido relativamente à apontada ofensa 5º, XXXVI, da Constituição Federal.

**2. A alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem acerca da ocorrência de coisa julgada, tal como proposta pela recorrente, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ.**

3. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 1.207.430/RS, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 18/6/2018)

Além do mais, o recorrente, ao deduzir a tese no sentido de que o *decisum* rescindendo teria acobertado decisão respaldada em lei declarada inconstitucional ao privilegiar o princípio da segurança jurídica, deixou de impugnar o fundamento do acórdão recorrido segundo o qual impõe-se a extinção do processo sem resolução do mérito, considerando que "ante a ausência do trânsito em julgado da decisão, verifica-se que estão ausentes os pressupostos de desenvolvimento válido e regular do processo"(fl. 326).

# *Superior Tribunal de Justiça*

A referida fundamentação, por si só, mantém o resultado do julgamento ocorrido na Corte de origem, o que caracteriza deficiência na argumentação recursal e implica a inadmissão do apelo, por força da aplicação analógica das Súmulas 283 e 284/STF.

Nesse sentido (grifos nossos):

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO A FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 283 E 284/STF, POR ANALOGIA. CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. FATOS DESABONADORES APURADOS NA FASE DE INVESTIGAÇÃO SOCIAL DO CANDIDATO. NÃO RECOMENDAÇÃO PARA O CARGO. LEGALIDADE DE SUA EXCLUSÃO DO CERTAME. AUSÊNCIA DE AFRONTA AO PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA. [...]

2. A fundamentação utilizada pela Corte de piso para firmar seu convencimento não foi inteiramente atacada pela parte recorrente e, sendo apta, por si só, para manter o decisum combatido, permite aplicar na espécie, por analogia, os óbices das Súmulas 284 e 283 do STF, ante a deficiência na motivação e a ausência de impugnação de fundamento autônomo. [...]

5. Recurso Especial não conhecido. (REsp 1.789.623/RJ, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 29/5/2019)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. ART. 535 DO CPC/73. DISPOSITIVOS IMPLICITAMENTE PREQUESTIONADOS. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO. SÚMULAS N. 283 E 284 DO STF. RAZÕES DISSOCIADAS. CAUSA DE PEDIR. AUSÊNCIA DE IDENTIDADE. REEXAME DO ACERVO FÁTICO. SÚMULA N. 7/STJ. TUTELA ANTECIPADA. REQUISITOS. VERIFICAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7/STJ. MEDIDA LIMINAR. RECURSO ESPECIAL. IMPOSSIBILIDADE. APLICAÇÃO POR ANALOGIA DA SÚMULA N. 735/STF. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO.

[...]

III - A parte recorrente deixou de impugnar fundamento suficiente do acórdão recorrido relativo à possibilidade do exercício do juízo de retratação. Desse modo, verifica-se que as razões recursais apresentadas encontram-se dissociadas daquilo que restou decidido pelo tribunal de origem, o que caracteriza deficiência na fundamentação do recurso especial e atrai, por analogia, os óbices das Súmulas 283 e 284, do Supremo Tribunal Federal.

[...]

IX - Agravo Interno improvido. (AgInt no REsp 1.678.341/ES, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 8/5/2019)

Ante o exposto, **não conheço do recurso especial**. Majoro em 10% os honorários advocatícios fixados anteriormente, observados os limites e parâmetros dos §§2º, 3º e 11 do artigo 85 do CPC/2015 e eventual Gratuidade da Justiça (artigo 98, §3º, CPC/2015).

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro BENEDITO GONÇALVES  
Relator

